

O MITO DO PROGRESSO'

GILBERTO DUPAS

RESUMO

O progresso é um mito renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história tem destino certo e glorioso. O artigo analisa a quem o progresso serve, quais são os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie e que catástrofes futuras ele pode gerar. Dessa forma, busca apontar elementos para desconstruir o discurso hegemônico sobre a globalização associada à idéia de progresso inexorável.

PALAVRAS-CHAVE: *progresso; tecnologia; informação; globalização.*

SUMMARY

Progress is a myth renewed by an ideological apparatus whose effort is to persuade that history has a glorious fate. The article analyzes who is favored by progress, the risks to society, environment and for humankind as a whole. It also tries to point out elements to the deconstruction of hegemonic discourse about globalization.

KEYWORDS: *progress; technology; information; globalization.*

[1] Este ensaio sintetiza os temas principais do mais recente livro de Gilberto Dupas, *O mito do progresso*, publicado em 2006 pela Editora da Unesp.

No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse *progresso*, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais.

Mais inquietantes que os perigos nucleares são agora, no entanto, os riscos decorrentes da microbiologia e da genética, com seus graves dilemas éticos e morais. Como equilibrar os benefícios potenciais da genética, da robótica e da nanotecnologia contra o perigo de desencadear um desastre absoluto que comprometa irremediavelmente nossa espécie? Um olhar sobre o século XX, com os imensos saltos da tecnologia e do conhecimento, mas com seus imensos passivos de guerras trágicas, miséria e danos ambientais, faz brotar com força a pergunta central: somos, por conta desse tipo de desenvolvimento, mais sensatos e mais felizes? Ou podemos atribuir parte de nossa infelicidade precisamente à maneira como utilizamos os conhecimentos

que possuímos? As conseqüências negativas do *progresso*, transformado em discurso hegemônico, acumulam um passivo crescente de riscos graves que podem levar de roldão o imenso esforço de séculos da aventura humana para estruturar um futuro viável e mais justo para as gerações futuras.

O que significa, afinal, a palavra *progresso* no imaginário da sociedade global que vive o início do século XXI? Quais suas raízes arquetípicas e que projeção para o futuro pode ser imaginada sobre o conceito atual de *progresso*?

Sobre o sentido das palavras, o gnomo irascível Humpty Dumpty, em *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carrol, afirma a Alice: “Quando utilizo uma palavra, ela significa precisamente aquilo que *eu quero* que ela signifique. Nada mais, nada menos”. Alice contesta que “o problema está em saber se é possível fazer que uma palavra signifique montes de coisas diferentes”. Ao que Humpty Dumpty, qual hegemona de plantão, replica altivamente: “O problema está em saber quem é que manda. Ponto final”.

Seria uma insensatez negar os benefícios que a vertiginosa evolução das tecnologias propiciou ao ser humano no deslocar-se mais rápido, viver mais tempo, comunicar-se instantaneamente e outras proezas que tais. Trata-se aqui de analisar a quem predominantemente esse *progresso* serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar. Mas, principalmente, é preciso determinar quem escolhe a direção desse progresso e com que objetivos.

O que definitivamente consolidou a idéia contemporânea de progresso foi a revolução provocada por Darwin com sua *Origem das espécies*, publicada após muita hesitação em 1859. Galileu já havia abalado definitivamente a idéia narcisista e onipotente da Terra e do homem como centros do universo. Agora, mais uma degradação: o homem seria uma criação original de Deus, mas teria evoluído a partir do macaco; e só prometia um eventual futuro melhor por meio da evolução. A partir daí, e até um pouco antes do início da Segunda Guerra, o mundo produziu uma vasta literatura em ciência social em que *progresso* era sempre suposto como axioma. A idéia de progresso permeou a quase totalidade da obra de Hegel, estruturada sobre a dialética. Finalmente, Marx também acreditou profundamente no progresso histórico e inexorável da humanidade.

No entanto, sintomas de descrença do ambiente intelectual em torno da idéia de progresso já haviam aparecido durante o século XIX, por influência, entre outros, de Tocqueville, Burckhardt, Schopenhauer, Nietzsche e Weber. O entusiasmo com que a juventude e as lideranças européias, não poupando sequer importantes próceres comunistas e socialistas, se entregaram à Primeira Guerra Mundial,

como se se tratasse de um exercício de purificação civilizatória, foi sintomático de um profundo desarranjo nos padrões intelectuais durante o final do século XIX. Finalmente, a escalada nazista e a “solução final” acabaram sendo liquidadas com dois brutais ataques nucleares considerados desnecessários e cruéis. Tudo isso deu o tom de pessimismo às idéias de progresso que até então vigoravam.

Para os comunistas do *socialismo real*, implantado finalmente como experiência histórica na União Soviética, nos países do Leste Europeu e na China, a idéia do progresso inevitável consolidou-se por outra vertente. Ela incorporava a visão marxista do inexorável caminho do mundo para uma sociedade sem classes. A progressiva revelação do aparato ditatorial e repressor do regime de Stálin encarregou-se de introduzir as decepções que primeiro relativizaram e depois destruíram o que muitos esperavam ser a prova definitiva do determinismo do progresso. Já a reação predominante nas esquerdas socialdemocráticas diante do protagonismo da técnica foi inicialmente otimista, tentando tranquilizar quanto ao risco da desumanização e robotização do homem. O mito alimentado foi de uma sociedade futura do lazer puro e intelectual, em que se poderia receber sem trabalhar, em uma espécie de Terra Prometida baseada no progresso técnico. O domínio da racionalidade científica e técnica conduziria o homem à liberdade e ao bem-estar.

Após a queda do socialismo real, o triunfo do capitalismo global apossou-se integralmente do conceito de progresso com o desenvolvimento científico e técnico e seus avanços formidáveis. Essa perspectiva triunfalista, uma tentativa de resgate do sentido do progresso perdido entre os destroços das duas guerras mundiais e de suas trágicas conseqüências, durou pouco. O sinal de alarme mais estridente parece ter sido o ataque terrorista às torres de Nova York. O fracasso do socialismo significa que sociedades complexas não se viabilizam sem a auto-regulação da economia de mercado? Como construir um novo metarrelato que assuma o frio e cruel capitalismo e que, ainda assim, possua a força dramática e a compulsão do relato marxista? Não parece tarefa fácil propor às novas gerações a imagem do caubói bushiano ou do sorridente vendedor Tony Blair para substituir no seu imaginário figuras como Lênin ou Guevara. Sabemos que cada situação da história é única, requer sua própria teoria. Como substituir a teoria marxista por outra doutrina geral de dominação que amarre as complexidades da era global e reintroduza utopias e propostas de solução?

Entre as vertentes críticas dentro do próprio pensamento marxista, a mais original, quando se trata de reflexão sobre o conceito de progresso, são as teses de Walter Benjamin em *Sobre o conceito de história*. Revisitadas neste início de século XXI, essas teses de Benjamin podem parecer revelar um pensador totalmente utópico. Mas ele

estava muito menos preocupado com o “princípio da esperança” do que com a necessidade urgente de *organizar o pessimismo*; menos interessado no “amanhã que canta” do que nos perigos iminentes que ameaçam a humanidade. A contribuição fundamental de Benjamin ao sentido da história é fugir da celebração das rotas históricas de mão única escritas pelos vencedores e da inevitabilidade da vitória dos que triunfaram, assumindo a constatação essencial de que cada presente abre uma multiplicidade de futuros possíveis. Muita coisa é evitável, como teria sido a eventual decisão de não fabricar a bomba nuclear, apesar de dominar o ciclo atômico completo. Ou, pelo menos, de não lançá-la sobre Hiroshima e Nagasaki. A profunda mensagem de esperança de Benjamin é que o futuro pode reabrir os dossiês históricos fechados, reabilitar vítimas caluniadas, reatualizar aspirações vencidas, redescobrir bons combates esquecidos, ou considerados utópicos e anacrônicos, especialmente por estarem contra o discurso hegemônico de progresso.

O trabalho seminal de Habermas sobre o tema do sentido do progresso foi *La technique et la science comme “idéologie”*, publicado em 1968. O modo de produção capitalista exige permanentemente a renovação das técnicas para operar o seu conceito motor schumpeteriano de destruição criativa: ou seja, produtos novos a serem promovidos como objetos de desejo, sucateando cada vez mais rapidamente produtos anteriores e mantendo a lógica de acumulação em curso. A racionalização crescente da sociedade estaria, assim, ligada à institucionalização da evolução científica e técnica. Nas sociedades capitalistas industrialmente desenvolvidas, a dominação tendeu a perder sua característica de exploração e de repressão para cobrir-se com o manto da racionalidade. O crescimento das forças produtivas veio acoplado ao progresso científico e técnico, associado ao crescente domínio da natureza e da produtividade, que asseguraram aos indivíduos condições de existência sempre mais confortáveis a partir da Idade de Ouro do capitalismo. Nesse universo da tecnologia, a falta de liberdade se apresentava sob a forma de uma submissão à aparelhagem técnica, que dá mais conforto à existência e aumenta a produtividade do trabalho. Assim, a racionalidade tecnológica não poria em causa a legitimidade da dominação; ao contrário, ela a defende em um contexto de uma sociedade racionalmente totalitária. A legitimação do capitalismo já não emana da tradição cultural, mas é estabelecida sobre a base da divisão do trabalho social. A instituição do mercado como lugar de troca da força de trabalho promete a “justiça” da equivalência nas relações de troca. A partir daí, o poder político pode ser legitimado a partir de baixo. O modo de produção capitalista e a legitimação do quadro institucional estão diretamente ligados ao sistema social do trabalho, ou seja, cada um é livre para vender seu trabalho no mercado pelo melhor valor possível; ainda que a

preços vis, como ocorre hoje com China e Índia, obrigando os outros países da periferia a depreciar ainda mais sua mão-de-obra. A legitimação econômica permite ao sistema de dominação adaptar-se às novas exigências de racionalidade. Para Habermas, isso exigiu uma despolitização da grande massa da população, com a opinião pública perdendo sua função política. Para tornar plausível diante das massas sua própria despolitização, surge a ideologia do progresso técnico, no qual ciência e técnica assumem o papel de garantidores da inevitável redenção.

A forma privada da exploração do capital, junto de um sistema de repartição das gratificações sociais compensatórias, assegurava uma certa lealdade das massas. Foi assim que o progresso quase autônomo da ciência e da técnica transformou-se em variável independente. Para Habermas, daí resultou a percepção de que a evolução do sistema social *parece* ser determinada pela lógica do progresso científico e tecnológico. A política fica reduzida a atender às necessidades funcionais do novo sistema. Implantada a ilusão do progresso técnico redentor, a propaganda se encarregou de explicar e legitimar as razões pelas quais, nas sociedades modernas, um processo de formação democrática da vontade política deve abdicar de questões práticas que interessam ao cidadão e conformar-se com decisões plebiscitárias restritas a temas tais como “quem será o novo chefe de Estado”. De resto, sobram as escolhas estimuladas pela propaganda global sobre a marca do tênis, da camiseta ou do celular preferido. O capitalismo regulado pela intervenção do Estado havia bloqueado durante várias décadas do século XX o conflito entre as classes, assegurando a lealdade das massas com gratificações compensatórias e evitando conflitos. Durante esse período, apenas nas periferias do sistema capitalista essas tensões permaneceram. Na verdade, ainda no início da segunda metade do século, o Novo Liberalismo, apesar de manter premissas sobre a liberdade individual, ainda advogava o planejamento estatal para catalisar o crescimento econômico. Mas essas tendências foram atropeladas pelas idéias neoliberais que sustentaram — e foram sustentadas — pelo intenso processo de globalização que se instalou a partir do final dos anos 1980. Nele, o Estado voltou a ser o grande vilão e o mote bíblico “abram, privatizem e estabilizem que tudo lhes será dado por acréscimo” varreu os céus como verdade que prometia o progresso e a redenção. Uma nova doutrina — batizada de neoliberalismo — tentou ressuscitar o conceito de progresso associando-o à liberdade dos mercados globais e a um ciclo benévolo da lógica do capital. A queda do muro de Berlim e o desmoronamento final da utopia do império soviético permitiram ao capitalismo, agora plenamente globalizado, um novo discurso hegemônico batizado por alguns intelectuais deslumbrados e imaturos como “o fim da História”. Para eles, os benefi-

cios da globalização dos mercados eliminariam a miséria, as guerras e o papel dos Estados nacionais mundo afora, realizando em curto prazo a grande utopia do progresso, agora fortemente amparado por um marketing também global. Obviamente, os resultados concretos estão sendo muito diferentes, não restando muito a comemorar.

A evolução científica e tecnológica do século XX trouxe profundas mudanças histórico-sociais — que incluíram um novo patamar de guerra e violência —, afetando o horizonte das representações culturais de Kant e de Marx. Para Kant, a natureza existia para que suas leis pudessem ser descobertas pelo conhecimento. Hoje a natureza se converteu em uma questão ética; ela está tão degradada por ações humanas que a nossa relação com ela converteu-se em problema decisivo na constituição do ser, afetando as condições de vida sociais e a possibilidade de sobrevivência futura da espécie. Kant via três tendências sociais que seriam favoráveis à paz: a evolução democrática, a força civilizadora do comércio e a importância crescente da opinião pública. No entanto — se não foram basicamente Estados democráticos que começaram as duas grandes guerras —, vários conflitos sangrentos, como os do Vietnã, as guerras do Golfo e a do Iraque existiram por decisão do país hegemônico mundial, democracia incontestada, apoiado por outras grandes democracias. Sem esquecer que a idéia de nação — produto da época democrática — fez possível uma grande movimentação de massa a serviço das guerras. Quanto ao espírito do comércio, está cabalmente demonstrado que o poder do dinheiro continuamente vem mobilizando Estados e governos em direção a guerras de conquista. Finalmente, sobre o peso da opinião pública, os meios de comunicação — que a condiciona — estão fortemente ligados a interesses econômicos e podem conduzir a mobilizações bélicas; um bom exemplo foi a recente atitude subalterna da maior parte da grande mídia mundial à certeza americana — comprovada depois como um falso pretexto — sobre a existência de artefatos de destruição em massa no Iraque de Saddam Hussein.

A NOVA LÓGICA GLOBAL E O PROGRESSO

No atual processo de globalização acelerada, a ideologia liberal faz o capital cosmopolita; sua pátria é onde ele pode render bem. Também são cosmopolitas os grandes jogadores de futebol e os astros da música. No entanto, os trabalhadores em geral continuam impedidos de circular livremente pelo mundo global. A globalização não amplia os espaços, estreita-os; não assume responsabilidades sociais e ambientais; pelo contrário, acumula problemas, transforma-se em sintoma de sobrecarga. A história é o resultado de numerosas e complexas intenções particulares que se entrecruzam, se enlaçam e se

desviam. O homem não faz propriamente história, está enredado em um cipal de histórias; ao relacioná-las, faz surgir outras novas. Fazer um claro na floresta significa identificar a própria história dentro de um cipal de histórias. Não há um farol que indique o caminho a seguir. Abrir clareiras nesse cipal e procurar impregná-lo de sentido significa ser capaz de cultivar formas de conduta e pensamento originais e não padronizados pelo pensamento único globalizante. Isso significa mais reflexão crítica, menos rapidez, o resgate do capricho, o cultivo do sentido de local, a capacidade para desconectar-se e não estar disponível. No entanto, “sempre acessível e conectado” passou a ser o lema da era da tecnologia da informação; sentimo-nos culpados e temos de justificar quando não estamos “ligados”. Até nossas casas, última zona teórica de intimidade, são invadidas nos fins de semana por insaciáveis operadores de telemarketing. Esse dilúvio de informações e agressões ataca nosso espírito, que, para manter-se íntegro e diferenciado, exige sistemas eficientes de filtros como uma espécie de proteção imunológica contra agressões externas. Fica parecendo um enorme privilégio poder não fazer parte obrigatória de uma rede, voltando a ser “apenas bons vizinhos das coisas mais próximas”, como dizia Nietzsche. Oscar Negt² deixa claro que a verdadeira formação só pode ser entendida como equilibrando o ato de conservar com o de renovar. Afinal, o que possibilita a formação e a capacidade de julgar é a construção de zonas de descanso para a reflexão que ajudem a alargar a visão e abranger aquilo que é excluído do ritmo alucinante do chamado progresso. Antes, o sucedido em lugar distante tinha tempo de revestir-se de imaginações, interpretações e elaborações até chegar a nós. A queda da Bastilha e o trágico terremoto de Lisboa demoraram meses até serem noticiados em cidades mais longínquas e outros países. Hoje, tudo se converte em instantaneidade e proximidade. Mas, como bem lembra Safranski³, “o que se dirige depressa demais a qualquer lugar não está em nenhum lugar”. Diz-se que, quando faziam longas marchas a pé, os primitivos da Austrália sentavam-se algumas horas antes de entrar no lugar de destino para que a alma tivesse tempo de chegar.

Em outros tempos, viajar era uma experiência da qual sempre se retornava transformado, como na lenda de Marco Pólo. Agora, volta-se de uma longa milhagem parecendo ter-se ficado no mesmo lugar. A mobilidade global uniformiza aeroportos, hotéis, redes de lanchonetes e de magazines, e *outdoors*. O indivíduo exposto e condicionado a essa monótona banalização exclui-se, descuida-se; sente-se pertencendo ao todo, mas não a ele mesmo.

A combinação de consenso neoliberal, livre fluxo de capitais e reestruturação produtiva incorporando as novas tecnologias permitiu a efetiva globalização, definindo a nova lógica de expansão do sistema

[2] Oscar Negt, *Kant y Marx: un diálogo entre épocas*. Madri: Editorial Trotta, 2004.

[3] Rüdiger Safranski, *¿Cuánta globalización podemos suportar?* Barcelona: Tusquets, 2004.

capitalista e renovando o significado da ciência e do progresso. A incorporação das tecnologias da informação ao sistema produtivo global gerou uma espécie de “economia do conhecimento”, redefinindo as categorias trabalho, valor e capital. De um lado, o trabalho passa a conter um componente de saber de importância crescente, revalorizado pela informatização. De outro, contraditoriamente, essa economia do conhecimento atribui a esses fatores tanto mais importância quanto mais barato puder ser o custo desse trabalho; e agrega crescente importância à utilização de mão-de-obra muito precária e pessimamente remunerada, incluindo a de característica informal, especialmente quando é mantida nos seus países de origem de modo a não demandar nenhum custo social como imigrante.

O valor mercantil do trabalho diminui com a massificação do conhecimento, tornando-se um bem comum acessível a todos. Para ter bom valor como mercadoria, o conhecimento deveria tornar-se escasso. No entanto, padronizado e socializado pela tecnologia da informação — e transformado em simples “técnica” —, ele é acessível a muitos e seu valor é continuamente depreciado. Um excelente exemplo é a queda de remuneração real de várias categorias, como operadores de computador e de telemarketing. Em uma sociedade que tende a gerar contínuo aumento de desemprego, quanto mais indivíduos habilitados a operar um computador forem qualificados, mais baixo será o valor de mercado de sua força de trabalho. Com investimentos em inovações e campanhas publicitárias de alto custo, o objetivo é chegar antes dos concorrentes a uma posição monopolista. Marketing e propaganda criam *objetos e serviços do desejo* manipulando valores simbólicos, estéticos e sociais, dentro do clássico modelo schumpeteriano da “destruição criativa”. Essência da lógica capitalista, a inovação tenta tornar obsoletos o mais rapidamente possível os produtos existentes, transformando a abundância ameaçadora de um mercado concorrencial em uma nova forma de escassez transitória, e conferindo à nova mercadoria um valor incomparável e imensurável, porque sua posse se transforma em realização de um desejo quase mítico. É o caso típico das telas de televisão de plasma em meados dos anos 2000.

Assim, passa a ser uma contingência da própria lógica capitalista a reprodução contínua de ciclos de escassez — dos novos produtos objetos de desejo — com os de abundância, quando esses mesmos produtos tornam-se consumo de massa. Em vez da maior prosperidade geral, para que a engrenagem da acumulação funcione assiste-se a um sucateamento contínuo de produtos em escala global, gerando imenso desperdício de matérias-primas e recursos naturais ao custo imenso de degradação contínua do meio ambiente e de escassez

de energia. É a opção privilegiada e inexorável pela acumulação de capital, em detrimento do bem-estar social amplo.

A questão central é que lutar contra esse sistema, que bem ou mal mantém a máquina econômica em movimento, é atacar os próprios princípios do capitalismo em um momento em que nenhum outro sistema — ainda que sob a forma de utopia — aparece no horizonte como alternativa real.

Um exemplo que já virou clássico da condição do trabalho na nova lógica global é o Wal-Mart, empresa que se transformou no símbolo da cultura capitalista deste início de século XXI. Faturando cerca de 260 bilhões de dólares, portanto liderando uma cadeia de parceiros globais que produz o equivalente a mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ou mexicano, o Wal-Mart atende mais de 100 milhões de consumidores por semana. Em cada época da história do capitalismo, certas corporações assumiram o caráter prototípico — como Ford, General Motors e depois a Microsoft o foram, respectivamente, em meados e no final do século XX — e passaram a ser imitadas como paradigma. Agora é a vez do Wal-Mart. Nelson Lichtenstein resumiu assim o poder de influência dessa companhia: “A direção da empresa legisla elementos essenciais da cultura social e política dos Estados Unidos”.

Durante a administração Clinton, a Organização Mundial do Comércio (OMC) transformou-se em esquema fundamental da lógica neoliberal. Um dos mantras do neoliberalismo é que a ampla abertura comercial — que, obviamente, beneficia mais os mais competitivos e aqueles que adicionam mais valor às suas exportações —, representada pelos países mais ricos, seria um instrumento de redenção dos pobres. É claro que, aqui e ali, uma ou outra derrubada de barreira agrícola pode ser importante para vários países mais pobres. No entanto, a abertura é pregada de forma unilateral para os pobres, o que torna duplamente perverso o esquema neoliberal de abertura: alguma vantagem para os pobres, grandes vantagens para os ricos.

Na verdade, vinte anos de cultura neoliberal globalizada tentaram criar um padrão antropológico na cultura ocidental: indivíduos livres e instrumentalmente racionais operam em um mundo que consiste em vendedores e compradores. Nesse período o discurso neoliberal varreu as economias nacionais. O vácuo teórico e a incapacidade de gestão dos Estados nacionais, fenômenos que se seguiram à crise pós-keynesiana, abriram espaço para os ardorosos defensores do *Estado mínimo*; e pregou-se a flexibilização do mercado de trabalho como condição importante para enfrentar o desemprego. A consequência desse processo foi uma sucessão de crises que afetaram principalmente a América Latina e a maioria dos grandes países da periferia, provocando um aumento significativo da exclusão social em boa parte do

mundo. Isso acarretou a marginalização de grupos até recentemente integrados ao padrão de desenvolvimento. Para complicar ainda mais esse quadro, a revolução nas tecnologias de informação e comunicação elevou incessantemente as aspirações de consumo de grande parte da população mundial, inclusive dos excluídos. O processo de globalização também constrangeu progressivamente o poder dos Estados, restringindo sua capacidade de operar seus principais instrumentos discricionários. As fronteiras nacionais passaram a ser a todo tempo transpostas, sendo encaradas como obstáculos à livre ação das forças de mercado. Outro grave problema foi o aumento contínuo de pobreza e concentração de riqueza mundo afora.

Os países latino-americanos, por seu lado, haviam respondido com grande ímpeto ao discurso hegemônico da integração aos mercados globais, que vigorou a partir da segunda metade dos anos 1980. O crescimento de suas importações sobre o PIB, que saltou de um patamar de 11% para 19% durante as duas últimas décadas do século XX, evidencia com clareza esse esforço de integração. Não é exagero afirmar, no entanto, que a década de 1990 e o início dos anos 2000 foram mais um *período perdido* na economia latino-americana. Na realidade, o único aspecto claramente positivo dessa década foi o controle dos processos hiperinflacionários na região, especialmente nos casos de Brasil, Argentina e Peru. Do lado social, a forte inserção da região na lógica global na década que passou acelerou a deterioração dos seus indicadores. A população latino-americana abaixo da linha de pobreza evoluiu sucessivamente de 41% do total em 1980 (136 milhões de pessoas) para 43% em 2000 (207 milhões); e em 2003 ela já alcançava 44% (237 milhões). Já o índice de população indigente crescia de 19% em 2001 para 20% em 2003. Esse número teve forte influência da Argentina, onde a taxa de pobreza quase duplicou de 1999 a 2003 (de 20% para 42%) e a indigência quase quadruplicou (de 5% para 19%).

O aumento da pobreza, da indigência e da fome em muitas regiões da América Latina esteve atrelado a outro fator alarmante: a contínua elevação dos níveis de desemprego e informalidade no mercado de trabalho nas últimas décadas. A tendência ao aumento da precariedade do emprego “delineou-se com o aumento na proporção de pessoas ocupadas nos setores informais ou de baixa produtividade, que atingiu (1999) cerca de 50% da força de trabalho nas zonas urbanas e porcentagens ainda mais elevadas nas zonas rurais”. Já em 2000, as estimativas são de que essa taxa atingiu quase 60% da força de trabalho. É especialmente preocupante a situação dos setores mais jovens, nos quais as taxas de desocupação cresceram muito, expondo-os a situações de sobrevivência que os tornam “exército industrial de reserva” do crime organizado.

Com esse quadro, agrava-se a descrença na possibilidade de ascensão social e na melhora da situação pessoal e familiar através do próprio trabalho. Essa descrença generaliza-se devido à redução progressiva do número de habitantes que se situam na classe média, assim como à dificuldade crescente de permanecer nesse status, aumentando a estratificação social. Além disso, amplia-se a sensação generalizada de insegurança na sociedade. A sociedade brasileira vê os efeitos de conviver com uma geração de jovens criada em comunidades dominadas por facções criminosas e armas de fogo, para a qual parece natural participar de situações de violência extrema e barbárie. O antropólogo britânico Luke Dowdney estudou durante cinco anos a situação das crianças das favelas do Rio de Janeiro. Para ele, o número de crianças no tráfico crescerá porque elas são cada vez mais ativas e morrem cada vez mais cedo, sendo substituídas por outras ainda mais jovens. “Pela primeira vez há uma geração de adolescentes que cresceu em comunidades integralmente controladas por facções de criminosos”. Eles nunca circularam por ruas onde pessoas andassem desarmadas. Vivem na extrema violência, onde a agressão por armas de fogo e a morte são banais. Para Dowdney, essas crianças são tanto vítimas como agressoras. A sociedade deixou que elas crescessem nesse ambiente hostil e agora tem de sofrer as conseqüências e assumir as responsabilidades. As crianças vão para o crime porque não têm outra opção. Elas perdem rapidamente a infância e são forçadas a virar adultos do dia para a noite; e sabem que, quando as normas internas não são seguidas, a penalidade é a morte.

O número de homicídios cresceu 40% na América Latina durante a década de 1990, atingindo um índice seis vezes maior que o observado nos países da Europa Ocidental. Esse aumento contínuo tornou a região a segunda maior do mundo em criminalidade, somente atrás da África subsaariana. Esse contexto de “nova pobreza” também tem criado uma onda de migração — incluindo os indivíduos da classe média — sem precedentes nos países latino-americanos. A questão da imigração está se tornando, na agenda continental, um problema de graves proporções, caso não seja enfrentado o mais breve possível.

Ao mesmo tempo, cristaliza-se a unanimidade entre as organizações internacionais de que a América Latina é a região mais desigual do globo. A desigualdade de renda tem avançado em setores importantes da vida dos cidadãos, tais como a dificuldade no acesso ao consumo, ao crédito, à educação, à saúde e à inclusão digital, entre outras. Assim, essa crescente espiral de miserabilidade possui impactos regressivos no desenvolvimento social que realimentam altas taxas de desigualdade. Por sua vez, as altas taxas de desigualdade afetam toda a sociedade, ao reduzir a possibilidade de poupança nacional e o mercado doméstico, impossibilitando a produção em escala e contribuindo para a

geração de intensas iniquidades, que têm efeitos perversos sobre a governabilidade democrática, o clima de confiança interpessoal e o capital social.

Torna-se claro, nesse sistema — que depende crescentemente da destruição criativa schumpeteriana e de consumidores mantidos ávidos por novidades, ainda que cada vez mais pobres —, que o futuro do consumo está nos jovens das classes C, D e E. No Brasil — cuja população de jovens é de 80 milhões —, em 2005, mais de 70% dos jovens já tinham um celular. Detendo a maior concentração de renda e uma das maiores populações de jovens pobres do globo, este país tem um dos maiores coeficientes de penetração mundial de telefones celulares. O jovem pobre sem um telefone celular, ainda que pré-pago, é induzido pela propaganda maciça e global a sentir-se mais ainda um pária, um infeliz, um *out-group*. Para compreender esse processo basta observar a intensidade e o conteúdo das imensas campanhas publicitárias vendendo o produto, de longe as que mais ocupam espaço na mídia global.

A percepção da importância do mercado dos pobres como última fronteira de acumulação do mercado global avança célere. Também a Nestlé do Brasil descobriu que uma lata de leite condensado, em regiões pobres do país, é presente de aniversário. A imprensa anunciou que esse produto, com embalagem dourada e laço impresso de fita vermelha, desenvolvido sem alarde para não chamar a atenção da concorrência, será o novo mascote da empresa no país.

Um bom exemplo de inclusão dos miseráveis, como defende Stuart Hart, é a maneira como se está incorporando atualmente não mais os pobres, mas os miseráveis de regiões africanas ao mercado de telefonia celular. No árido topo de uma montanha na África do Sul, apanhar água no rio pode levar até quatro horas. A iluminação é a luz das velas e para cozinhar faz-se uma fogueira. Mas Bekowe Skhakhane, de 36 anos, foi convencida pela propaganda que precisa ter a possibilidade de falar com seu marido, que trabalha em uma siderúrgica de Johannesburgo, utilizando um telefone celular. Hoje, na África do Sul, há vários milhões de assinantes desse serviço. Skhakhane, muito pobre, gasta 1,9 dólar por mês para comprar cinco minutos de crédito, incorporados à sua lista de compras. Como a grande maioria dos africanos vive com menos de dois dólares por dia, as operadoras só conseguem vender cotas irrisórias, convencendo o miserável local que ele também tem direito ao progresso, a ser feliz. Os aparelhos celulares lá vendidos são usados e custam menos de cinquenta dólares. Em conseqüência, um entre cada onze africanos tem um telefone móvel e, no entanto, apenas um a cada trinta tem telefone fixo, com tarifa muito mais barata, embora de acesso mais difícil. Aldeões de duas províncias da serra do Congo construíram antenas de quinze metros improvi-

sando topos de árvores para captar os sinais. Mas como carregar as baterias, sem eletricidade? Carregadores movidos a pedal de bicicleta estão sendo desenvolvidos; o que, segundo o *The New York Times*, exigiria uma bicicleta, propriedade rara na África rural. A solução foi utilizar baterias de automóvel carregadas em postos de gasolina por indivíduos que se locomovem de ônibus e que nunca poderão ter um carro, mas cobram oitenta centavos de dólar para carregar um celular. Por essas e outras, o capitalismo global mostra mais uma vez sua imensa capacidade de adaptação. E consegue explorar aquela que talvez seja sua última fronteira de acumulação: dela faz parte tornar telefones celulares objetos de desejo irrefreável e vendê-los em massa para os miseráveis do mundo. Eles comerão ainda pior, mas estarão ligados ao mundo em tempo real.

MEIO AMBIENTE E O FUTURO DA HUMANIDADE

Para vários importantes cientistas, a ameaça mais grave à humanidade nesse início de século XXI é o ataque sem trégua ao meio ambiente, decorrente da lógica da produção atual e da direção dos seus vetores tecnológicos contidos nos atuais conceitos de progresso global. Salvo no caso de uma catástrofe, os demógrafos prevêem que a população mundial continuará crescendo até 2050, quando terá atingido de 8 a 9 bilhões; pois, apesar da forte queda das taxas de fertilidade, a distribuição etária nos países mais pobres é predominantemente jovem e fará sua população crescer ainda intensamente por um bom período. Já sabemos que será impossível a toda essa massa humana aspirar a um padrão de vida médio equivalente ao do europeu e do norte-americano atual. Apesar de os cálculos serem controversos, há estimativas de que para atingir aquele padrão como média global seriam necessários quase três planetas Terra com seus recursos naturais atuais; elas se mantêm mesmo supondo evoluções tecnológicas significativas, obviamente dentro de espectros hoje conhecidos.

Reforçam-se os indícios de que as emissões de gases de combustíveis fósseis estão tendo forte impacto no aquecimento global e causando derretimento acentuado do gelo polar. A Revolução Industrial foi o marco da mudança de tendência, quando se começou a queimar pesadamente carvão e óleo, produzindo os gases causadores do efeito estufa. Só no último século, a concentração de gás carbônico subiu de 260 para 380 partes por milhão (ppm) e a temperatura média do planeta elevou-se em 0,7 graus Celsius.

O consumo de combustíveis fósseis e a emissão de gases contribuem para o efeito estufa. Seu uso aumentou na última década, e a maior parte do seu crescimento está concentrada na Ásia e na América do Norte. Estima-se que os Estados Unidos produzem dez vezes

mais gás carbônico *per capita* que a média dos países em desenvolvimento. Cerca de 2 milhões de hectares do planeta, quase um quarto das terras cultiváveis, estão degradados; e o custo para reverter a degradação é muito alto. Desde 1960, um quinto das florestas tropicais desapareceram.

A maioria dos cientistas considera que nem mesmo as mais rigorosas mudanças climáticas concebíveis destruiriam diretamente *toda* a humanidade, mas algumas delas poderiam anular décadas de avanço econômico e social. Para Paretto-Watel⁴, “não se trata mais de eliminar o risco, mas, mais modestamente, de geri-lo”. É o *princípio da precaução*, incluído em diversos tratados internacionais. Esse princípio afirma que “na ausência da certeza científica formal, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever este dano”.

O *princípio da precaução* é muitas vezes confundido com o *princípio da responsabilidade* de Hans Jonas, que exige que se renuncie à ação, desde que ela inclua riscos de colocar em perigo uma vida humana futura. O direito humano fundamental de longo prazo é o do direito à existência como espécie.

O fato é que o envolvimento das corporações com os danos ambientais tornou-se mais problemático pela assunção plena, por parte das empresas, da definição dos vetores tecnológicos, ocorrida a partir da segunda metade do século XX; isso foi consequência da liberdade quase absoluta que as corporações assumiram pela escolha e criação dos produtos ou serviços que deverão ser transformados em objetos de desejo dos consumidores para manter viva a lógica da acumulação, essencial à produção de riqueza no capitalismo. Na conferência internacional Rio-92, sob a mira dos ambientalistas, pela primeira vez empresas e governos passaram a considerar parâmetros ambientais em suas variáveis de planejamento público e mercadológico. No entanto, toda essa ofensiva mercadológica de práticas ambientalmente corretas não tem impedido um grave e progressivo aumento da degradação ambiental, grande parte dela originária do modelo global de produção e de sua lógica. O Departamento de Energia dos Estados Unidos anunciou no final de 2005 que o país bateu seu recorde de emissão de gases do efeito estufa em 2004, com quase o dobro do volume da média anual de 1990. E o crescimento econômico de 2005 e 2006 certamente terá ocasionado um número ainda maior.

Apontamos resumidamente neste texto⁵ elementos que nos parecem suficientes para desconstruir o *discurso hegemônico* sobre a globalização associada à idéia de progresso inexorável. Talvez o melhor fosse ficar com Merleau-Ponty, quando ele afirma que “transformar *caminhada* em *progresso* é uma elaboração ideológica das elites”.

[4] Leticia Maria Costa da Nóbrega Cesarino, “A gestão estatal da pesquisa biotecnológica: uma questão de risco?”. Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 25-29 out. 2005.

[5] Um amplo aprofundamento destes temas, muito resumidos aqui, pode ser encontrado em *O mito do progresso*.

O metaobjetivo da política e das guerras atuais converteu-se em manter os caminhos livres para a circulação de mercadorias e serviços e para a movimentação das elites nômades; e continuar impedindo o livre trânsito de trabalhadores dos países pobres para os ricos. A elite global contemporânea segue o esquema dos antigos “amos ausentes”: pode governar sem encarregar-se de tarefas administrativas, gerenciais ou bélicas e, por adição, também pode evitar a missão de “esclarecer”, “reformular os costumes”, “levantar a moral”, “civilizar” ou qualquer outro tipo de cruzada cultural. Compromissos envolvendo as condições de vida das populações periféricas saíram totalmente de seus radares. A leveza e a flexibilidade dessas elites globais — viajando sem carga sólida, apenas com valises de mão — é agora o maior bem e símbolo de poder. A desintegração da trama de responsabilidades sociais e o desmoronamento das agências de ação coletiva fazem parte desse alívio de cargas sólidas exigido pelas elites, em nome de uma maior e constante fluidez, fonte principal de sua força e garantia de sua invencibilidade.

Na era da “liberdade do consumidor”, homens e mulheres não têm mais a quem culpar por seus fracassos e frustrações; e certamente não encontrarão consolo adequado nos aparelhos eletrônicos ou telefones celulares. Se não conseguem trabalho, é porque não aprenderam as técnicas para passar nas entrevistas; ou são relapsos; ou não sabem fazer amigos e influenciar pessoas; ou não souberam “inventar” uma atividade informal. Em suma, a liberdade chegou quando já não mais importa. Como diz Bauman⁶, “existe uma desagradável mosca de impotência na saborosa sopa da liberdade, cozida na onda da individualização; essa impotência resulta tanto mais odiosa, molesta e ofensiva em vista do poder que a liberdade nos deveria conferir”. Não se pense que a internet tem alguma chance de minorar esse problema. As realidades virtuais não substituem as crenças reais; nelas se entra com muita facilidade para, logo em seguida, perceber solidão e abandono. Bauman diz que o sentimento do “nós” não é oferecido para quem surfa na rede. E Clifford Stoll fala em indivíduos absortos em perseguir e capturar ofertas piscantes, do tipo “entre já”, os quais perdem a capacidade de estabelecer interações espontâneas com pessoas reais. Nas redes virtuais há apenas ilusão de intimidade e simulacro de comunidade. Os espaços públicos estão coalhados de pessoas zanzando com telefones celulares, falando sozinhas em voz alta, cegas às outras ao seu redor. A reflexão está em extinção. Usamos todo nosso tempo para obsessivamente verificar a caixa de mensagens em busca de qualquer evidência de que, em algum lugar do mundo, alguém esteja querendo falar conosco. Para o discurso hegemônico, no entanto, isso é o avanço acelerado do progresso. Enquanto isso, sob pretexto de defendermos dos ataques externos dos excluídos e pervertidos, colocamos

[6] Zygmunt Bauman, *Modernidad líquida*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.

películas escuras nos vidros dos carros para poder praticar nossas pequenas transgressões sem ser reconhecidos, em profunda solidão.

Finalmente, quanto às oportunidades que possam surgir dessas novas e perigosas *rotas do progresso*, seja como for, essa temática constituiu-se em pesquisas de ponta do mundo tecnocientífico. Manter uma visão crítica sobre a direção do progresso é ser capaz, justamente, de separar dele o seu elemento de discurso hegemônico; ou seja, ter competência para observar o conteúdo estratégico de adição de valor. Portanto, é preciso observar e decompor a realidade em seus últimos elementos para captar-lhe seu verdadeiro sentido. Só a partir daí a condição de sujeitos da história pode se manifestar. Por exemplo, apesar de todas as dificuldades e assimetrias, como podem os países mais pobres participar dessa corrida científico-tecnológica adicionando valor, e não apenas contribuindo para a acumulação alheia na condição de consumidor passivo dos produtos ou serviços de alta tecnologia? E como manter as universidades conectadas com essa perspectiva crítica e inovadora, e não apenas mantê-las a serviço de um esquema de dominação que as transforma em empresas fornecedoras de mão-de-obra ajustada aos novos padrões tecnológicos gerados pelo centro do capitalismo global?

O significado das invenções e novidades científicas só aparece quando é construído como objeto histórico. Leonardo da Vinci parecia esperar que o avião — conquista milagrosa da evolução tecnológica — fosse capaz de buscar a neve nas altas montanhas e trazê-las para refrescar as cidades sufocadas pelo verão. Susan Buck-Morss⁷ nos recorda, no entanto, que os bombardeiros de hoje são a antítese da utopia de Leonardo. É inútil tentar atribuir inocência à técnica, porém é preciso buscar as razões pelas quais o desenvolvimento atual da tecnologia permite descobertas revolucionárias que fundam o discurso hegemônico do progresso mas, simultaneamente, apavoram a parte da humanidade que se mantém lúcida e crítica. A tarefa mais difícil, no entanto, é manter-se crítico.

Hoje, embalados pelas novas realidades, assistimos ao mundo urbano-industrial-eletrônico ser cada vez mais reencantado com as fantasias oníricas de “pertencimento” a redes, comunicação “plena” em tempo real, compactação digital “infinita” — de dados, som e imagem —, expansão cerebral com a implantação de *chips* e transformações genéticas *à la carte*; centenas de bilhões de dólares são gastos anualmente em propaganda global para transformar em objetos irresistíveis de desejo os novos aparatos ou serviços.

A tentativa de compatibilização dos vetores tecnológicos decorrentes das opções do capital — visando ao seu máximo retorno — com as efetivas necessidades da civilização é um processo de avanços e retrocessos, de ganhos e perdas. Apesar de todo o encantamento das

[7] Susan Buck-Morss, *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das passagens*. São Paulo: Humanitas, 2002.

Recebido para publicação
em 25 de setembro de 2006.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

77, março 2007

pp. 73-89

conquistas que se nos apresentam como possíveis para o novo século, as preocupações com as eventuais graves consequências das direções em marcha ainda estão em fase de gestação dialética. Se formos capazes de exercitar a crítica com a força e a autonomia necessárias, quem sabe os resultados possam ser animadores. Caso contrário, parece claro que podemos dar um passo largo em direção a um quadro civilizacional que pode significar uma ruptura de humanidade com suas responsabilidades de auto-sobrevivência como cultura e espécie. O progresso, assim como hoje é caracterizado nos discursos hegemônicos de parte dominante das elites, não é muito mais que um mito renovado por um aparato ideológico interessado em nos convencer que a história tem um destino certo — e glorioso — que dependeria mais da omissão embevecida das multidões do que da sua vigorosa ação e da crítica de seus intelectuais.

GILBERTO DUPAS é presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI) e coordenador geral do Grupo de Conjuntura Internacional da USP (Gacint).